



# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

## PROJETO DE LEI N.º 3.565/2025

APROVADO 23.06.2025

[Assinatura]  
Presidente  
[Assinatura]  
Vice-Presidente  
[Assinatura]  
Secretário(a)  
11ª Sessão ORDINARIA

**“Altera a Lei n.º 2.769, de 10 de outubro de 2017, que dispõe sobre a concessão de diárias para despesas de viagem de vereadores e servidores da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG, e dá outras providências.”**

**ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL**, Prefeito do Município de Ouro Fino/MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O inciso III, do Art. 2º, da Lei n.º 2.769/2017, de 10 de outubro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º. (...)**

*III - Cursos de capacitação profissional.”*

**Art. 2º.** Acrescenta o §4º ao Art. 3º da Lei n.º 2.769/2017, de 10 de outubro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 3º. (...)**

*§4º - O valor da diária será reduzido a 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à distância quando concedida ao servidor exclusivamente para transporte de vereadores ou cobertura jornalística de atividades oficiais, desde que não haja necessidade de pernoite no destino.”*

**Art. 3º.** O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 2.769, de 10 de outubro de 2017, passa a ser renumerado como § 1º, ficando acrescido do § 2º, com a seguinte redação:

**“Art. 4º. (...)**

*§2º - O limite disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses:*

*I - aos servidores ocupantes dos cargos de Assessor Parlamentar e Administrativo, Assessor de Comunicação Social e Assessor de Planejamento e Apoio Parlamentar, quando designados para a*



# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

*condução de veículos oficiais ou para o acompanhamento de vereadores ou servidores em viagens institucionais;*

*II- Ao Vereador designado a exercer a função de Presidente da Escola do Legislativo, desde que as viagens realizadas sejam destinadas a participação em eventos de grande relevância institucional, devidamente comprovados por documentação oficial e previamente reconhecidos pela Mesa Diretora."*

**Art. 4º.** Acrescenta o §6º no art. 5º da Lei n.º 2.769/2017, de 10 de outubro de 2017, com a seguinte redação:

**"Art. 5º. (...)**

*§6º - Todo requerimento de viagem deverá, antes de ser deliberado pelo Presidente da Câmara, ser submetido à análise prévia do Departamento Jurídico da Câmara municipal.*

**Art. 5º.** Suprime o inciso "V" do Art. 8º da Lei n.º 2.769/2017, de 10 de outubro de 2017.

**Art. 6º.** Acrescenta o Art. 8º-A na Lei n.º 2.769/2017, de 10 de outubro de 2017, com a seguinte redação:

*"Art. 8º-A A utilização de veículo particular para a realização de viagem a serviço poderá ser autorizada, em caráter excepcional, mediante requerimento fundamentado do solicitante, que deverá justificar a necessidade ou conveniência da medida, observado o seguinte:*

*I – O veículo particular deverá pertencer ao servidor ou agente político solicitante e estar previamente cadastrado na Secretaria da Câmara Municipal;*

*II – O proprietário deverá apresentar Declaração Pessoal isentando a Fazenda Pública Municipal de qualquer responsabilidade civil ou administrativa por danos, multas, encargos decorrentes da propriedade, uso ou desgaste do veículo, bem como por prejuízos a terceiros;*

*III – O agente público fará jus a ressarcimento equivalente ao valor da passagem terrestre (estadual ou interestadual), considerando-se o trajeto de ida e volta;*

*IV – As despesas com pedágios, relacionadas à data e ao percurso da viagem, serão reembolsadas mediante apresentação do respectivo comprovante de pagamento.*

*Parágrafo único – O requerimento de concessão de diária previsto neste artigo deverá ser submetido à análise do Departamento Jurídico e somente será autorizado mediante aprovação do Presidente da Câmara."*





# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

**Art. 7º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 05 de junho de 2025.

**Clóvis Coldibeli**  
Presidente

**Cícero de Lima Braga**  
Vice-presidente

**Fábio Tomazoli da  
Fonseca**  
Secretário



## JUSTIFICATIVA

Caros colegas Vereadores,

Submetemos à apreciação do Soberano Plenário o presente Projeto de Lei que tem por objetivo promover alteração na Lei n.º 2.769/2017 que dispõe sobre a concessão de diárias para cobertura de despesas de viagens dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG.

A presente proposta de lei tem como objetivo atualizar, aperfeiçoar e garantir maior transparência, controle e eficiência na aplicação da Lei nº 2.769/2017, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Ouro Fino/MG.

Dentre as principais alterações, destaca-se a inclusão dos cursos de capacitação profissional como finalidade legítima para concessão de diárias, reconhecendo a importância do aprimoramento contínuo dos servidores e agentes públicos para o bom desempenho das funções legislativas e administrativas.

A proposta também introduz a redução proporcional do valor das diárias em casos específicos, como o deslocamento de servidores sem necessidade de pernoite, o que representa um avanço no uso racional dos recursos públicos e adequação à realidade orçamentária do Legislativo.

A inclusão de exceções ao limite de concessão de diárias, no Art. 4º da lei original, visa permitir que determinados cargos, como assessores técnicos e o vereador que exerce a Presidência da Escola do Legislativo, possam desempenhar plenamente suas atribuições, especialmente quando se trata de viagens de caráter institucional com comprovada relevância para o funcionamento e fortalecimento do Poder Legislativo local.

Outra inovação relevante é a exigência de análise prévia pelo Departamento Jurídico da Câmara antes da autorização de qualquer requerimento de viagem, o que fortalece a legalidade, a impessoalidade e a justificativa formal dos atos administrativos relacionados às diárias e ao deslocamento de servidores e vereadores.

Também se estabelece a possibilidade excepcional e justificada do uso de veículo particular em viagens institucionais, mediante requisitos rigorosos e isenção expressa de responsabilidade do erário por quaisquer eventos decorrentes do uso do



# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

bem particular. A medida confere flexibilidade sem comprometer a segurança jurídica e a responsabilidade fiscal da administração pública.

Por fim, a supressão do inciso "V" do art. 8º visa eliminar dispositivos que se tornaram obsoletos ou conflitantes com a nova redação, promovendo maior clareza e harmonia normativa.

Diante do exposto, a proposta se apresenta como medida necessária para modernizar a legislação vigente, garantir maior economicidade, segurança jurídica e transparência na concessão de diárias e viagens oficiais no âmbito da Câmara Municipal de Ouro Fino.

Assim, submetemos esta proposição à análise e aprovação dos nobres vereadores, certos de que contribuirá para o aprimoramento da gestão pública legislativa

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 05 de junho de 2025.

**Clóvis Coldibeli**  
Presidente

**Cícero de Lima Braga**  
Vice-presidente

**Fábio Tomazoli da  
Fonseca**  
Secretário